

**A URBS DOENTE MEDICADA:  
a higiene construindo Campina G(g)rande, 1877 a 1935**

Giscard Farias Agra<sup>1</sup>

**RESUMO:** A emergência dos discursos científicos da modernidade provocou uma mudança no olhar lançado a hábitos e costumes urbanos nas primeiras décadas do século XX. Até então vistos como hábitos comuns, cotidianos e até mesmo saudáveis, passaram a ser ditos e vistos como atrasados e anti-higiênicos, e as cidades e seus moradores se tornaram corpos doentes a serem medicados em nome do progresso. Narramos, assim, uma história possível das idéias que nomearam e classificaram a doença como um elemento a ser superado pelos conhecimentos científicos da modernidade, e como essas idéias foram apropriadas, transformadas e enunciadas na cidade de Campina Grande, entre 1877 e 1935, com o objetivo declarado de torná-la “grande”, moderna, civilizada e higiênica.

**Palavras-chave:** Saúde Pública; Modernidade; Doenças.

**ABSTRACT:** The rising of science in the modern ages has changed the way of living urban life in the early 20<sup>th</sup> century. Habits and costumes until then take as normal, even healthy, began to be seen and treat as signs of late ages, non-healthy, and cities all over the eastern world and its citizens became to be taken as sick bodies who needed to be cured in the name of progress. In this paper, we are about to tell a history of the ideas that named and classified disease as an object to be fought by the modern age science knowledge, and how these ideas were taken, transformed and applied in Campina Grande city, between 1877 and 1935, in order to put the city on the wheels of progress and hygiene.

**Keywords:** Public health; Modern age; Diseases.

## Introdução

*“O qualificativo de – grande –, que tem esta cidade, tem sido até hoje somente uma aspiração; faz-se preciso que a nossa administração municipal o torne uma realidade, empregando todos os meios ao seu alcance.”*

*Irenêo Joffily, 1889<sup>2</sup>*

A epígrafe com que abrimos este texto permite-nos ver como, desde pelo menos o final do século XIX, tentou-se construir a imagem de Campina Grande como uma cidade moderna, civilizada, “grande”, discurso este que iria perdurar ao longo de todo o século XX,

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em História do Norte e do Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), bolsista CAPES 2006/2008. É também bacharel em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), tendo sido bolsista PIBIC/UFCG/CNPq 2004/2005 e autor do livro *A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877-1935* (Campina Grande, PB: Graf. Marcone, 2006). E-mail: [gfaagra@yahoo.com.br](mailto:gfaagra@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> “A cidade de Campina Grande II”. *A Gazeta do Sertão*, edição de 01/03/1889.

selecionando, em cada momento específico de sua história, elementos distintos através dos quais se poderia ver e dizer Campina G(g)rande: economia, política, urbanização, festas, etc.

Pretendemos, ao longo deste texto, fornecer subsídios para responder a *como* o discurso da modernidade elegeu, no século XIX, as doenças como elementos impeditivos do progresso e quais as implicações dessa escolha.

Assim, para discorrer sobre como essa idéia foi apropriada e agenciada na cidade de Campina Grande, associamos àquela pergunta inicial a seguinte: como a aceitação dos discursos da modernidade no início do século XX levaria Campina a se tornar uma cidade grande, moderna?

Elegemos como recorte temporal, por sua vez, os anos que vão de 1877 a 1935. Aquele, ano da “grande seca” que os autores estudados instituem como um dos fatores que mais proporcionou o acréscimo populacional e também o crescimento econômico da cidade, levando-a a interagir de forma mais freqüente com outras cidades e a apropriar-se de idéias de progresso que aí circulavam; por sua vez, elegemos como final do recorte o ano de 1935 por ter sido o ano da posse do prefeito Vergniaud Wanderley, ocasião em que Campina já “respirava progresso” antes de ser “sufocada” com ele nas gestões de Wanderley. Entretanto, por várias vezes iremos transpor esse recorte para possibilitar uma compreensão mais integrada dos elementos que compõem a nossa narrativa.

## **1. A ciência no século XIX: fetiche e panacéia**

Um dos elementos mais fortes que caracterizou a virada do século XIX para o XX no Brasil foi o da *fetichização da ciência*. Acreditava-se que ela era capaz de produzir verdades absolutas, que tudo era explicável através de seus rigorosos métodos de investigação e que a vida seria melhor se pautada em preceitos científicos. Esse poder de *dizer a verdade* atribuído ao discurso científico foi, aliás, investido a ele por si próprio: para se consolidar nesse lugar, o de *produtor do lugar de verdade*, o discurso científico precisou se legitimar de alguma forma, e tal forma caracterizou-se por, dentre outras ações, desautorizar outros discursos que explicavam a vida, dentre eles, a superstição, o mito e a religião.

Para consolidarem-se como ciências – o que acarretaria na construção de seu lugar como conhecimento autorizado –, as “ciências sociais” (Antropologia, História e Sociologia) teriam que trabalhar com os mesmos paradigmas das “ciências naturais”. Disto, verifica-se, ao longo do século XIX, o surgimento de discursos que, na pretensão de explicar cientificamente o social, apropriavam-se de teorias desenvolvidas no âmbito das ciências naturais e

adaptavam-nas para o estudo das sociedades. Entre eles, o *positivismo comtiano*, na sua enunciação da ordem e do progresso através da técnica; o *darwinismo social spenceriano*, na sua busca pela “evolução” das sociedades humanas tomando por base a teoria da evolução de Darwin no campo da Biologia; e a *antropologia criminal lombrosiana*, na tentativa de identificar a pré-disposição à criminalidade e à psicopatia pela análise algébrica de crânio, face, mandíbula, etc. (cf. SEVCENKO, 1993; SCHWARCZ, 1993; CHALHOUB, 2003).

Assim, positivismo francês, evolucionismo inglês e antropologia criminal italiana chegaram ao Brasil através dos intelectuais brasileiros que iam ao estrangeiro, para estudos ou para lazer, ainda antes da Proclamação da República.

Um dos centros de irradiação dessas doutrinas no país era a cidade do Recife, através da chamada *Escola do Recife*. Vários filhos das elites nortistas, muitos paraibanos, foram colegas de corredores da Escola do Recife, em diferentes épocas, ao longo do final do século XIX e início do século XX<sup>3</sup>. Quando de lá retornavam, esses acadêmicos adquiriam sobre o imaginário popular uma espécie de poder discursivo que os legitimava na missão de levar a cidade ao progresso, poder este que Epaminondas Câmara chamou de “mística do anel”<sup>4</sup>.

A apropriação e adaptação dos discursos da modernidade pelas elites letradas paraibanas, especialmente do positivismo e do social-darwinismo a partir da Escola do Recife, provocou uma mudança do olhar lançado até então a práticas e usos costumeiros das pessoas. Essa mudança de sensibilidade já era perceptível nos discursos das elites veiculados pela imprensa nos últimos anos da Monarquia, mas acabou sendo catalisada pela ênfase maior que o golpe militar de 15 de Novembro – ele próprio, estopim dessas novas formas de perceber o tempo e o espaço que pretenderam modernizar o Brasil “a todo custo” – passou a dar àquelas teorias européias.

Esse processo de construção de uma cidade moderna só poderia se efetivar quando o *velho* desse lugar ao *novo*. Assim, casarões coloniais e ruas sem alinhamento foram alguns dos principais alvos. Esse intuito de civilizar, entretanto, não se restringiu apenas à estrutura física das velhas cidades, suas construções e suas ruas, mas fez-se presente também no cotidiano e nos corpos das pessoas, especialmente dos “populares”, pois hábitos e costumes

<sup>3</sup> Tais como Irenêo Joffily (o autor da epígrafe com que iniciamos este texto), Hortênsio Ribeiro, Haroldo Mello, Severino Pimentel, Severino Procópio, Irineu Jóffily (filho), Antonio Pessoa de Sá, Arthur de Barros, Carlos Coitinho e Antonio Coutinho, José Tavares, João Suassuna, João Pessoa, Vergniaud Wanderley, etc.

<sup>4</sup> Epaminondas Câmara refere-se à “mística do anel” como a influência exercida pelos bacharéis sobre o restante dos campinenses iletrados, analisando como aqueles jovens bacharéis formados nas faculdades de direito ou medicina existentes em outras províncias, ao regressarem a Campina Grande, adquiriam sobre os habitantes uma força sugestiva quase divina. “Pensava-se que o conhecimento científico tinha limite e que eles [os bacharéis] haviam alcançado a sua plenitude” (1999, p. 63).

do cotidiano do povo também passaram a ser vistos e ditos negativamente sob a óptica do discurso do progresso. Todos esses elementos velhos, atrasados e coloniais deveriam ser substituídos por elementos modernos que dessem “ar de progresso” à cidade. E as pessoas tinham que se adequar às novas concepções de tempo e espaço que os produtos daqueles discursos gestaram no meio urbano.

Numa “era de certezas” científicas, o desejo de “modernizar” associado ao discurso civilizatório levou ao fortalecimento do poder do discurso médico, legitimando-o como único saber que poderia realizar tal intento. Assim, os médicos assumiram também o comando político das cidades, pois só por meio de uma “administração competente” (CARVALHO, 1987) conseguiriam alcançar a civilização almejada pelas elites.

A medicina, portanto, nomeou o elemento indispensável à “evolução” das sociedades – a higiene. Surgiu a figura do “médico-higienista”, que seria amado por poucos e detestado por muitos. O Estado se transformou num “Estado-higienista”. Fora da higiene, não haveria salvação. Só com ela a cidade atingiria a civilização. Só por meio de medidas de higiene e saúde pública, Campina se tornaria uma cidade grande.

## **2. A urbs na mesa de cirurgia: intervenções médicas sobre o corpo doente**

Medicar o corpo urbano transformou-se em palavra de ordem do processo de higienização e desodorização das cidades brasileiras, objetivando permitir a circulação de pessoas e de coisas – sujeito e bens para o comércio – pelas artérias urbanas, a circulação do ar para afastar os odores maléficos que, pensava-se, provocavam doenças como malária, varíola, tuberculose, etc., a eliminação das impurezas, a respiração do corpo, da pele, da cidade.

No Estado da Parahyba, o Serviço de Higiene Pública foi institucionalizado em 1911, com o Decreto nº 494 (SÁ, 1999). A Repartição de Higiene, desde sua institucionalização, passou a desempenhar as seguintes funções: polícia sanitária, vigilância médica, desinfecções, vacinação e revacinação, isolamento e demographia sanitária. Era a concretização, na Parahyba, do que Lenilde Sá denomina de modelo tecnológico campanhista/policial, tal qual a ideologia que regia a campanha de Oswaldo Cruz, anos antes, na capital federal. O responsável pelo Decreto, por sua vez, foi o presidente dr. João Machado que havia sido auxiliar daquele sanitarista no Rio de Janeiro e, talvez por isto mesmo, o decreto tenha características extremamente semelhantes às impostas ao Rio do início do século. O Dr. João Machado justificava as ações em nome da higiene, fator que iria levar a

Parahyba ao progresso, à civilização. “É preciso que a nossa população se submeta às leis sanitárias sem a preocupação de que ellas possam atingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicílio”, dizia o “comandante” do Estado (Mensagem Presidencial do dr. João Lopes Machado, 1911, p. 27).

Em Campina Grande, por exemplo, as elites letradas, por meio dos periódicos jornalísticos, passaram a exigir da municipalidade a aquisição de carroças para o recolhimento e a condução do lixo, que deveria ser feita, ao menos, uma vez por semana (“Limpeza publica”. *O Campina Grande*, edição de 30/05/1909). Isto porque denunciavam o aspecto extremamente sujo das ruas campinenses, que o prefeito só mandava homens limparem quando o presidente do Estado visitava a cidade (*O Campina Grande*, edição de 22/08/1909); nas outras ocasiões, quem limpava o lixo das ruas eram mesmo os porcos (“Hygiene Publica”. *O Campina Grande*, edição de 15/08/1909).

No combate específico às doenças que afligiam o Estado, salientamos a fundação do Instituto Vaccinogênico, em 1913, contra a varíola, e do Dispensário de Tuberculose, na década de 1920, ambos na capital; a vinda à Parahyba da Comissão de Saneamento e Prophylaxia Rural, em 1921, e a fundação do *Posto de Profilaxia Rural e Doenças Venéreas*, em 1923, em Campina Grande, combatendo a malária e a sífilis; e, ainda, a chegada da americana Fundação Rockefeller, em 1926, no combate à febre amarela; dentre outros.

Tanto por questões referentes ao progresso quanto por questões referentes à higiene, começou-se também a alterar a própria estrutura física urbana de Campina Grande, aformoseando-a. Terraplanagem e calçamento de diversas ruas, arborização de praças, assobramento de prédios centrais, construção de pavilhão sanitário, um Matadouro, o Grande Hotel, alargamento e prolongamento de ruas e avenidas, transferência da feira e, até mesmo, o nascimento dos Asilos de Alienados e de Mendicância, etc. Esse processo, radicalizado nas gestões de Vergniaud “Tempestade” Wanderley<sup>5</sup>, levou a diversas desapropriações, tensões e conflitos<sup>6</sup>.

Entretanto, o projeto burguês de civilização e progresso, pautado na desodorização dos espaços e higienização dos corpos, não transcorreu de forma harmoniosa como ansiavam as elites enuncadoras desse discurso. Muitas vezes esse processo acabou gerando conflitos entre as elites letradas e o povo, ou mesmo entre as próprias elites, pois quase nunca houve

---

<sup>5</sup> Wanderley, que esteve à frente do executivo municipal durante o período de 1935 a 1937 e 1940 a 1945. O termo “Tempestade” vem de reportagem de *A União*, edição de 25/08/1943.

<sup>6</sup> Cf. VERAS, 1988; SOUSA, 2001.

unanimidade nas opiniões dos diversos sujeitos sobre o que era ou não era parte elementar desse processo civilizador em Campina Grande.

Assim, encontraremos muitos desses conflitos estampados nas páginas dos jornais das primeiras décadas do século XX, conflitos que diziam respeito a costumes e hábitos “populares” que não mais condiziam com os ares de “cidade moderna” que Campina teria que estampar.

### **Hortênsio Ribeiro e os praticantes da ciência médica**

Neste tópico, pretendemos destacar as constantes críticas do intelectual, advogado, historiador e cronista Hortênsio Ribeiro aos médicos sanitaristas de sua época, em que figura a população mais pobre como pano de fundo da disputa, na tentativa de mostrar como o projeto de civilização e higienização não foi pensado e nem aplicado de forma amistosa.

Com este objetivo, recortamos duas notas veiculadas pelo jornal *A União* e assinadas por Hortênsio Ribeiro no ano de 1934.

Na primeira, datada de 7 de março daquele ano, o cronista vem em defesa do senhor José Cassimiro Barbosa, vulgo “Língua de Aço”, um conhecido curandeiro de Campina Grande que havia sido preso, pela segunda vez, pelas forças policiais, acusado de “exercício ilegal da medicina”. Àquela data, Hortênsio Ribeiro comentou que

*É público e notório que José Cassimiro Barbosa, conquanto não esteja habilitado por nenhuma das nossas academias para “matar legalmente”, e sem usar na sua clínica dos nomes arrevesados tão do gosto dos embusteiros da medicina, cujos doentes muitas vezes “escapariam da moléstia se não morressem da cura”, tem feito com as suas benzeduras e raízes de paus curas verdadeiramente milagrosas, sendo de notar que entre os seus clientes restabelecidos se encontram pessoas desenganadas pelos mortícolos de Campina Grande (“Nota do Dia”. *A União*, edição de 07/03/1934).*

Nesta nota, Hortênsio Ribeiro não somente sai em defesa de um simples curandeiro, de um personagem que, assim como as parteiras e as benzedoras, a institucionalização da medicina científica pretendeu fazer sumir do cotidiano das grandes cidades, substituindo-os por médicos e enfermeiras. Ribeiro também denuncia claramente a medicina oficial e os seus praticantes diplomados.

Para ele, o que diferenciaria, em primeira análise, o curandeiro do médico seria o fato de que este último estaria legalmente habilitado e autorizado a matar, e esta legalidade para matar ele teria adquirido por ter frequentado um curso acadêmico. Este pensamento de

Hortênsio Ribeiro, portanto, é bem diferente e destoante da “mística” que o anel acadêmico criava na sociedade. O médico não era aquele que detinha o conhecimento pronto e perfeito, o “arauto” da sabedoria, o salvador de vidas, mas era simplesmente aquele que estava autorizado a matar, aquele que, através de seus métodos oficiais de curar, muitas vezes acabava matando o paciente.

Criticando, portanto, a ação do médico, expondo-a como mera questão formal e legal de tratamento, Hortênsio Ribeiro quebrava, assim, com a “mística” do anel, com o fetiche pela ciência médica?

Pensamos que ainda não. O pensamento de Hortênsio Ribeiro não nos parece levar a um questionamento da ciência pela ciência, da higiene e da medicina sanitária como fundamental para a civilização, visto que ele próprio defende elementos dessa higienização em outros artigos<sup>7</sup>.

Hortênsio Ribeiro, portanto, parece denunciar não a ciência em si, mas os usos que os homens têm feito desta ciência. Assim, não denuncia os conhecimentos científicos, mas a forma impositiva como os médicos diplomados utilizam-se deste conhecimento e a arrogância e insensibilidade com que eles o fazem, levando-os, por exemplo, a desenganarem alguns doentes que poderiam ser salvos com “benzeduras e raízes de paus”. Entendemos, aqui, que o cronista denuncia o modo desumano como tais médicos tratavam os pacientes, tratando-os como meras formulações algébricas de estímulo e resposta, esquecendo-se do “elemento humano”, ou seja, da esperança de cura de cada paciente como elemento importante no tratamento. Por outro lado, os curandeiros, por serem mais “humanos”, mesmo não tendo os conhecimentos científicos necessários, conseguiam passar aos doentes essa esperança da cura.

A insatisfação de Hortênsio Ribeiro para com os médicos titulados fica ainda mais clara numa segunda nota que ele publica em *A União*, três meses após a prisão de Língua de Aço.

*As classes proletárias brasileiras têm no despotismo médico o seu pior inimigo. Apoiado nos legistas, a classe mais detestável que se conhece, os sanitaristas de meia tijela timbram em exercer o seu empirismo desalmado na mísera população que na infância tem a creche, na doença o hospital e na morte a mesa das dissecações. A burguesia tem a resguardá-la e a defendê-la contra a tirania acadêmica a posição social, baseada no dinheiro* (“Nota do Dia”. *A União*, edição de 26/06/1934)

---

<sup>7</sup> Confira, por exemplo, a “Nota do Dia” de *A União* de 13/08/1936, ocasião em que Hortênsio Ribeiro condena o estado insalubre em que se encontra o Açude Velho, emanando um “cheirinho repugnante” por toda a cidade. Além do mais, o cronista será um dos maiores entusiastas das obras realizadas na primeira gestão de Vergniaud Wanderley em nome do progresso.

Na oportunidade, o cronista, ao comentar uma epidemia de disenteria que assolava Serra Redonda, localidade próxima a Campina Grande, condena as ações dos médicos sanitaristas e dos membros da Fundação Rockefeller que lá trabalhavam com o intuito de evitar o surgimento de uma epidemia de febre amarela. Tais ações, denuncia Ribeiro, consistiam em furar os cadáveres para realizar punção hepática, vilipendiando-os, sem demonstrar o menor respeito ao morto, fosse ele homem, mulher ou criança. Esses atos de desrespeito acabaram provocando a revolta da população, como nos narra o cronista.

Mal medicados, sem assistência alguma por parte da Saúde Pública, que para lá mandou apenas um facultativo que apenas se demorou o espaço de duas horas, o povo de Serra Redonda vitimado pela colerina ainda teve de arcar com os “papafigos” do serviço de febre amarela, que não pouparam cadáver que não esfuracassem (...).

Até o cadáver de uma pobre menina só escapou de ser profanado graças a energia dos seus parentes que quiseram moer a pancadas o “saca-moelas” que, a pretexto de fazer uma punção hepática, tentou rasgar a mortalha que envolvia o corpo da infelizmente mocinha.

O desrespeito e a profanação aos cadáveres chegou a tais extremos, que a população rural conseguiu burlar os desmandos dos “papafigos”, enterrando os seus mortos no cemitério de Serra de Pontes, Cachoeira e Mulungu (“Nota do Dia”. *A União*, edição de 26/06/1934).

A arrogância dos médicos titulados, o despotismo dos sanitaristas e a desumanidade e o desrespeito que os “papafigos” da Rockefeller impunham à população era demais para Hortênsio Ribeiro. Por isso ele preferia defender Língua de Aço. Agindo assim, não apenas estava se colocando em favor de um único homem, mas garantindo a sobrevivência de métodos seculares de cura que não precisassem passar pelo crivo dos déspotas do conhecimento científico. Agindo assim, ele estava negando à medicina oficial a conquista de seu maior objetivo: o de estabelecer-se como mecanismo legal e único de gerenciar os corpos, a vida e a morte das pessoas.

### **Considerações Finais**

Narrar casos como esse, extraídos das páginas de jornais como *O Campina Grande*, *A União*, *Brasil Novo* e *A Batalha*, ajuda-nos a apresentar Campina Grande num momento particular de sua história: um momento em que o objetivo almejado pelas diversas elites era o de “civilizar” a cidade, “europeizá-la”, mas, para se alcançar este fim, diversos eram os meios, diversos eram os projetos, nem sempre harmônicos entre si.



Não há que se falar, assim, em *um projeto* para civilizar Campina Grande, mas na multiplicidade de projetos – projetos de juristas, médicos, administradores, jornalistas, comerciantes etc.; e que, não raramente, tais projetos se confrontavam, gerando tensões e conflitos que muitas vezes poderiam chegar a agressões físicas ou mesmo ameaças de morte.

Por outro lado, havia também as tensões entre esses diversos projetos de civilização e o cotidiano do povo, originadas da necessidade de se “moldar” essa população, física e mentalmente, às exigências burguesas. A pasteurização do leite e a vacinação obrigatória responderiam à exigência de um corpo saudável, e a ação da Missão Rockefeller levaria à formação de uma “consciência sanitária”<sup>8</sup>. A forma, entretanto, como isto foi (im)posto à população, autoritária e desrespeitosa, gerou tensões que se expressaram pelo confronto físico contra os agentes da norma imposta, ou, por parte dos mais inventivos, meios de burlar essas regras, fugindo, pois, do condicionamento da norma, da passividade esperada.

Campina Grande, assim, constituiu-se num espaço de vários conflitos entre os diversos segmentos que compunham a sociedade que tinham seus próprios modos de significar a vida e as relações cotidianas.

A profusão dessas idéias oriundas da modernidade europeia apropriadas pelos letrados na Campina do início do século poderia, por vezes, constituir, como nos exemplos apontados, um embate, um campo de batalha entre os diversos projetos em que se digladiavam juristas, cronistas, médicos, comerciantes, dentre outros, no intuito de construir Campina G(g)rande.

## Referências Bibliográficas

AGRA, Giscard F. **A urbs doente medicada**: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877 a 1935. Campina Grande, PB: Graf. Marcone, 2006a.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

CAMARA, Epaminondas. “Renovação urbana”. In: **Os alicerces de Campina Grande**. Campina Grande: Prefeitura Municipal/Caravela, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados** – o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

---

<sup>8</sup> Para mais casos extraídos dos jornais de época, cf. AGRA, 2006a.

CHALHOUB, Sidney. “Para que servem os narizes? – Paternalismo, darwinismo social e ciência racial em Machado de Assis”. In: CHALHOUB, Sidney et al. **Artes e ofícios de curar no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2003, pp. 19-55.

COSTA, Ângela Marques da. et SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (Virando séculos).

FOUCAULT, Michel. “O nascimento da Medicina Social”. In: **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 79-98

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios**. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Fábio Gutemberg R. B. de. “Imagens da cidade: letrados, políticas e memórias”. In: **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). Doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2001, pp. 245-318.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O espelho de Narciso**: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande (1935-1945). Bacharelado em História. Campina Grande: UFPB Campus II, 1988.